

JORNADA EL HILO DE LA INNOVACIÓN

17 de octubre del 2008
Museu Nacional de la Ciència i de la Tècnica de Catalunya
(mNACTEC)
Terrassa, Catalunya, España

Reinventar el territorio

A Região Têxtil do Vale do Ave no NO de Portugal – território e crise
Álvaro Domingues, Fac. Arquitectura da Universidade do Porto

RESUMO



Fig.1 Paisagem industrial do Vale do Ave (foto Filipe Jorge, Portugal Visto do Céu, ed. Argumentum, Lisboa, 2007)

1. O processo de industrialização do Vale do Ave remonta ao final do séc. XIX, activado sobretudo pela burguesia industrial e comercial da cidade do Porto que via nesta região rural uma oportunidade de recrutamento de mão-de-obra barata, pouco mobilizada pelas lutas operárias que então se viviam no Porto, e conhecedora de uma tradição de produção familiar artesanal têxtil à base do linho. A disponibilidade de água no rio Ave e seus afluentes (como o Vizela) e a decisão de se fazer uma linha férrea, tornaram os projectos industriais viáveis, desenvolvendo-se assim grandes “maquinofacturas” têxteis, primeiro a vapor e depois a electricidade.
2. Este processo de industrialização é muito diferente do da convencional “revolução industrial” que associa industrialização a urbanização. No Vale do Ave, as fábricas localizaram-se ao longo dos rios e do caminho-de-ferro e a organização da produção mobilizava desde grandes a pequenas empresas e, sobretudo, muito trabalho ao domicílio. O trabalho na fábrica e no campo sempre coexistiu e se complementou. Os próprios industriais investiram frequentemente em grandes propriedades agrícolas nesta região onde a estrutura dominante da propriedade é o minifúndio. A paisagem resultante deste processo de apropriação do território, nem é rural nem urbana no sentido tradicional destes conceitos. São “paisagens transgénicas” que incorporam e misturam códigos formais e funcionais que costumamos situar em mundos diferentes – rural, industrial, urbano. São também paisagens polémicas, por isso. Ao mesmo tempo claras e instáveis na sua identidade.
3. A característica mais evidente deste modelo de “territorialização” da fileira têxtil-vestuário é que se vai instalando sem provocar uma fractura entre o mundo rural e o mundo industrial. A “industrialização rural difusa” produziu paisagens como a que se vê acima, permitindo que a população se fixasse onde sempre esteve – “entre-cidades”. Casas, fábricas, armazéns, etc., foram-se construindo, colonizando uma finíssima rede de estradas e de caminhos que serviu de infraestrutura de suporte desta

urbanização dispersa. Até aos anos 90' o planeamento praticamente não existia. Os Planos de Urbanização limitavam-se a pequenas intervenções junto aos núcleos antigos das principais cidades. O poder e as competências dos municípios até à Revolução do 25 de Abril de 1974 eram praticamente nulos. Os primeiros Planos Directores Municipais – instrumentos de planeamento urbano e também de ordenamento do território ao nível municipal – datam do final dos anos 80 e chegaram num período em que, basicamente, o território já estava ocupado da forma como está. Os novos parques e polígonos industriais acolheram novas empresas, mas a grande maioria permaneceu onde já estava.

4. Nos anos de 1970/80' assistiu-se ao *boom* da indústria do vestuário e a fileira industrial estendeu-se e diversificou-se para os sectores a juzante da fiação e da tecelagem. No entanto, o carácter dependente desta indústria (através de processos locais e internacionais de sub-contratação), os baixos salários e a reduzida escolaridade e qualificação da mão-de-obra, deixaram uma “factura” pesada. Com a abertura dos mercados mundiais e a liberalização do comércio, a indústria têxtil-vestuário do Vale do Ave entrou num ciclo de crise que ainda não terminou. As grandes empresas que continuam competitivas e migraram para os têxteis técnicos (para a indústria automóvel, por exemplo), são as excepções que confirmam a regra. Quanto às pequenas, existe um grande contraste dentro do balanço geral negativo: tanto há exemplos de hiper-especialização em segmentos de alto valor acrescentado e de pequena quantidade; como se assiste às falências constantes de empresas que sempre foram instáveis, crescendo ou decrescendo consoante as encomendas e o trabalho sub-contratado.



Fig.2 – Edifício fabril abandonado; Fábrica do Rio Vizela, Vila das Aves, St.º Tirsó (foto Filipe Jorge, Arquitectura em Lugares Comuns, Ed. Dafne, Porto, 2008)

5. Hoje, o problema é duplo:

- do ponto de vista social, mantém-se o desemprego de uma mão de obra, sobretudo feminina, que dificilmente re-entrará no mercado de trabalho. Persistem tendências de abandono precoce da escola e a falta de novos investimentos industriais locais, agudiza o panorama de crise e leva as pessoas a procurarem trabalho noutras regiões do país ou da Europa;

- do ponto de vista do ordenamento do território e do urbanismo, existem inúmeros edifícios industriais abandonados, alguns de grande dimensão, espalhados um pouco por todo o lado. O facto de muitas fábricas da primeira geração terem procurado a proximidade dos rios, faz com que hoje sejam percebidas como problemas ambientais graves que é preciso resolver ou fazer desaparecer. A grande dimensão, como a que se verifica nas fotos, dificulta o processo de re-uso.

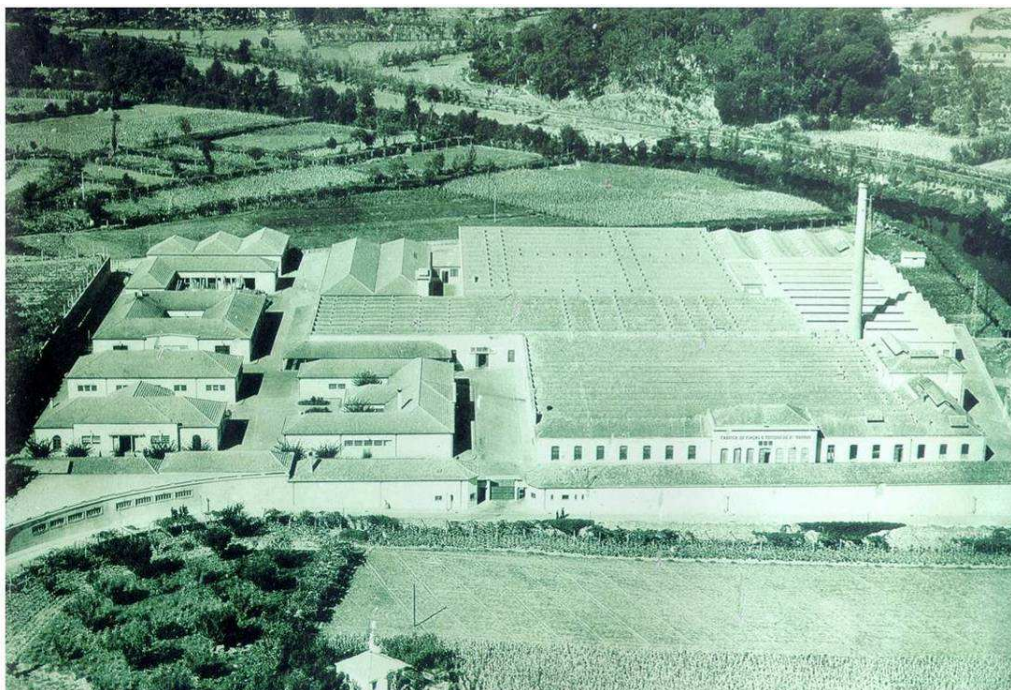


Fig.3 – Fábrica do Teles (circa 1954, CM St. Tirso)



Fig. 4 – Fábrica do Teles, estado actual ((foto Filipe Jorge, Portugal Visto do Céu, Ed. Argumentum, Lisboa, 2007)

6. A questão urbanística depende por isso da evolução futura do investimento na região. No núcleo industrial antigo da cidade de Guimarães, existem bons exemplos de recuperação de velhos edifícios industriais da indústria dos couros, embora se trate de investimentos com uma participação quase exclusivamente pública. O primeiro destes projectos inclui uma Pousada de Juventude, uma escola, e um ciber-café. O novo projecto em desenvolvimento, Campurbis, irá acolher um centro de divulgação científica dirigido a públicos escolares – Centro de Ciência Viva -, e terá uma componente ligada à Universidade do Minho para residências de estudantes e formação avançada. Infelizmente esta é também uma excepção que justifica a regra. A maior parte dos edifícios abandonados pela indústria estão, como se disse, espalhados por um extenso território fora das cidades históricas e as soluções, quando vierem, virão caso a caso.

7. A “Fábrica do Teles” (fig.3 e 4) em St.º Tirso, faz parte de um plano ambicioso. A fábrica está implantada num terreno de 11.5 ha pertencentes à antiga Quinta do Conde, propriedade de um aristocrata que no séc.XIX comprou o convento e a quinta do convento que hoje é uma Escola Agrícola (Fig.4). Esta continuidade de terrenos entre a cidade e o rio, integra um projecto de qualificação paisagista e ambiental, Margens do Ave, que se encontra em fase de negociação para financiamento público. Na fábrica, 30 000 m², prevê-se um programa misto, nomeadamente:

- Área empresarial: incubadora de empresas, serviços avançados, I&D, ensino tecnológico;

- Área cultural: espaço multi-usos para conferências e exposições, centro de ciência viva, ateliers para empresas emergentes, centro de formação;

- Área museológica – centro de interpretação da indústria têxtil do Vale do Ave



Fig.5 – Plano das Margens do Ave, St.Tirso, planta de localização. A Fábrica do Teles é o polígono amarelo localizado dentro de perímetro do plano.

8. A Câmara Municipal de St. Tirso tem sido a instituição líder deste projecto. Após a falência da fábrica e longas negociações com a banca credora, o município chegou a um acordo que, tal como prevê o Plano das Margens do Ave, lhe atribui uma parcela de 62 000 m² (incluindo o edifício da fábrica) do total de 11,5 ha que constituíam o terreno e fábrica. Apesar da boa localização e acessibilidade facilitada ao caminho-de-ferro e auto-estradas, não houve até hoje interesse suficiente por parte do investimento privado.

9. Esta é a equação. Bons projectos, voluntarismo e liderança das políticas públicas locais não chegam para que a urbanística se torne uma variável independente. O território e as cidades exprimem sempre as vicissitudes das sociedades que os ocupam. Hoje esse cenário é negativo, escasseiam os dinheiros públicos e os restos da fábrica podem esperar.

Quadro 1 - Exportações da ITV Portuguesa (por tipo de produto)

	2000		2006	
	EXPORT	%	EXPORT	%
Fios de Seda	0	0,0%	0	0,0%
Fios de Lã	33	0,7%	34	0,8%
Fios de Algodão	37	0,8%	33	0,8%
Fios de Outras Fibras Naturais	3	0,1%	1	0,0%
Fios de Filamentos Sintéticos	25	0,5%	35	0,9%
F. Fibras Sintéticas ou Artificiais	36	0,7%	37	0,9%
Cordas e Redes	109	2,2%	82	2,0%
Tecidos de Seda	1	0,0%	1	0,0%
Tecidos de Lã	60	1,2%	36	0,9%
Tecidos de Algodão	170	3,5%	112	2,7%
Tecidos de Outras Fibras Naturais	1	0,0%	2	0,0%
Tecidos de Filamentos Sintéticos	36	0,7%	22	0,5%
T. de Fibras Sintéticas ou Artificiais	159	3,2%	79	1,9%
Tecidos Especiais	32	0,6%	63	1,5%
Tecidos de Malha	32	0,6%	51	1,2%
Têxteis Técnicos	167	3,4%	121	2,9%
Texteis-Lar	832	16,9%	633	15,4%
Vestuário de Malha	1.871	38,0%	1.654	40,2%
Vestuário de Tecido	1.172	23,8%	824	20,0%
Outros	152	3,1%	294	7,2%
TOTAL	4.927	100,0%	4.113	100,0%

Valores: em milhões de Euros, a preços correntes. Fonte: Eurostat.

(in BESSA, D; VAZ, P. (2007), Contributo para um Plano Estratégico para a Indústria Têxtil e do vestuário Portuguesa, Associação Têxtil e do Vestuário de Portugal, VN Famalicão)

Quadro 2 - Exportações da ITV Portuguesa

	TÊXTIL			VESTUÁRIO			TÊXTIL E VESTUÁRIO		
	UE	Países Terceiros	Total	UE	Países Terceiros	Total	UE	Países Terceiros	Total
1996	1.045	328	1.373	2.752	279	3.031	3.797	607	4.404
1997	1.180	406	1.586	2.810	274	3.084	3.990	680	4.670
1998	1.253	407	1.660	2.843	282	3.125	4.096	689	4.785
1999	1.280	435	1.714	2.803	250	3.054	4.083	685	4.768
2000	1.369	515	1.884	2.764	279	3.042	4.133	794	4.926
2001	1.531	490	2.020	2.787	266	3.053	4.318	756	5.073
2002	1.518	484	2.002	2.664	261	2.925	4.182	745	4.927
2003	1.197	419	1.616	2.702	254	2.956	3.899	673	4.572
2004	1.143	416	1.560	2.533	226	2.759	3.676	642	4.319
2005	1.128	434	1.561	2.369	188	2.557	3.497	622	4.118
2006	1.164	472	1.636	2.294	183	2.477	3.458	655	4.113

Valores em milhões de Euros, a preços correntes. Fonte: Eurostat.

Quadro 3 - Exportações da ITV Portuguesa por países

	2000		2006	
	EXPORT	%	EXPORT	%
Espanha	721	14,6%	1.004	24,4%
Reino Unido	785	15,9%	506	12,3%
França	695	14,1%	505	12,3%
Alemanha	783	15,9%	414	10,1%
Estados Unidos	365	7,4%	242	5,9%
Itália	218	4,4%	207	5,0%
Holanda	244	4,9%	135	3,3%
Bélgica	128	2,6%	118	2,9%
Suécia	177	3,6%	91	2,2%
Dinamarca	140	2,8%	73	1,8%
Suíça	114	2,3%	57	1,4%
Áustria	64	1,3%	56	1,4%
Finlândia	55	1,1%	38	0,9%
Irlanda	52	1,1%	36	0,9%
Noruega	68	1,4%	35	0,8%
Angola			35	0,8%
Canadá	29	0,6%	29	0,7%
Marrocos	23	0,5%	25	0,6%
Tunísia			23	0,6%
Polónia	152		20	0,5%
Outros	114	2,3%	464	11,3%
TOTAL	4.927	100,0%	4.113	100,0%

Valores: em milhões de Euros, a preços correntes. Fonte: Eurostat.

(in BESSA, D; VAZ, P. (2007), Contributo para um Plano Estratégico para a Indústria Têxtil e do vestuário Portuguesa, Associação Têxtil e do Vestuário de Portugal, VN Famalicão)

Quadro 3- Análise SWOT da Fileira Têxtil-vestuário Portuguesa

FORÇAS

- Estabilidade política, social, económica e segurança;
- Custos de Produção Moderados, com especial relevo para os salários;
- Tradição e “know-how” industrial têxtil;
- “Know-how no Desenvolvimento do Produto;
- Cultura “business to business”;
- Equipamento e Tecnologia Modernas;
- Proximidade Geográfica e Cultural dos Mercados;
- Flexibilidade e Reactividade;
- Adaptabilidade;
- Resiliência;
- Fileira Têxtil e do Vestuário completa, estruturada e dinâmica;
- Fileira apoiada em consistentes e desenvolvidos centros de competências - Associações, Universidade, Centros de Formação, Centro Tecnológico e Centro de Nanotecnologias;
- Recurso (ainda) a sistemas de incentivos de origem comunitária;
- Aparecimento progressivo, embora discreto, de casos bem sucedidos de marcas e colecções nacionais com afirmação local e bom potencial de ex-pansão internacional

OPORTUNIDADES

- Nichos de Mercado para determinados tipos de produtos e Mercados Emergentes;
- Produção de artigos mais difíceis das gamas das grandes marcas, que se massificam, via Europa de Leste, Ásia ou Norte de África, dois ou três anos mais tarde;
- Especialização Industrial;
- Identidade europeia que beneficia todos os produtos realizados em território da U.E. - “european lifestyle”;
- Têxteis Técnicos e Funcionais;
- Ganhar dimensão crítica, via fusões, aquisições ou redes de cooperação, para que se possa almejar a ter algum significado no mercado europeu e mundial;
- Crescimento da competitividade, pela via da produtividade, da formação profissional, da educação de base, do saneamento do Sector e da terciarização das empresas - ganhar valor nas pontas da cadeia produtiva, ou seja na concepção e desenvolvimento do produto (compreende o design e a marca) e no controlo das redes de comercialização (marketing, merchandising e distribuição);
- Exploração de licenças;
- Acompanhamento da deslocalização dos artigos básicos para a Europa de Leste, Ásia e África, mantendo os clientes e rentabilizando o “know-how” adquirido.

FRAQUEZAS

- Portugal com posição periférica na Europa;
- Dimensão reduzida do mercado interno português, além de concentrado e deprimido;
- Portugal é marca pobre nos mercados internacionais para a maioria dos seus produtos;
- Baixa Produtividade;
- Baixa terciarização do tecido empresarial;
- Falta dimensão crítica às empresas;
- Baixo nível educacional e de formação profissional adequada em todos os níveis - da direcção à produção. Fraco recurso das empresas à formação profissional. Relação fraca Universidade (investigação) e empresas;
- Gestão Empresarial pouco Profissional: Mau planeamento, deficiente cumprimento de prazos, organizações demasiado hierarquizadas;
- Fraca capacidade financeira das empresas que lhes possibilitem dar saltos qualitativos - terciarização é um processo caro;
- Fraco Empreendedorismo;
- Feroz Individualismo;
- Excesso de capacidade instalada no STV;

- Baixo nível de introdução de inovação, diferenciação e “design” nos produtos;
- Fraca penetração no mercado interno dos produtos e marcas nacionais.
- Políticas Públicas desajustadas e ineficazes (legislação laboral, administração da justiça, política fiscal)

AMEAÇAS

- Efeitos da liberalização do comércio têxtil mundial dos têxteis e do vestuário (2005) e ascensão dos players asiáticos, China e Índia;
- Concorrência dos parceiros europeus mais evoluídos na oferta de produtos mais atractivos em termos de marketing e moda (suportados por uma origem nacional - marca forte);
- Concorrência dos novos países produtores em gamas de maior qualidade (China e Turquia, p.e.);
- Concorrência de outros sectores e novas actividades na economia nacional, atraindo jovens para profissões diversas da Têxtil e do Vestuário, mesmo nas suas regiões mais características, agravando igualmente a crise de empreendedorismo e de tradição de propriedade empresarial entre gerações, penalizando a regeneração do tecido empresarial do Sector;
- Fim dos fundos comunitários e consequente agravamento do défice de investimento no Sector;
- Fecho de cursos superiores relacionados com a Têxtil e declínio da formação profissional específica nesta área;
- Concorrência acrescida das marcas e cadeias de lojas estrangeiras no mercado interno
- Estagnação consumo nos mercados tradicionais.

(in BESSA, D; VAZ, P. (2007), Contributo para um Plano Estratégico para a Indústria Têxtil e do vestuário Portuguesa, Associação Têxtil e do Vestuário de Portugal, VN Famalicão)